

Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social

Maria José de Rezende

Universidade Estadual de Londrina, Rua Pio XII, 335 apto. 1104 86020-914 Londrina, Paraná, Brasil. e-mail wld@rantac.net

RESUMO. Deu-se destaque, neste artigo, às discussões de Celso Furtado acerca do papel do intelectual no processo de gestação de um conhecimento útil à formulação de ações propositivas que levassem a mudanças sociais substantivamente redefinidoras das condições de exclusão social e política. Combater as perspectivas derrotistas, pessimistas e ufanistas seria uma tarefa dos intelectuais comprometidos com a reconstrução do país em todas as esferas. Esse combate deveria dar-se através de um amplo discernimento sobre as bases do subdesenvolvimento, sobre suas causas e suas conseqüências na fixação de um padrão de organização social e de domínio político excludente. Os intelectuais intervêm de modo favorável a uma redefinição democrática da sociedade à medida que suas reflexões iluminem a realidade social e histórica, criando uma percepção adequada sobre os seus problemas, impasses e possibilidades.

Palavras-chave: mudança social, planificação democrática, intelectuais, ciência e ação política.

ABSTRACT. Celso Furtado and Karl Mannheim: a discussion of the intellectuals' role in the process of social change. In this article emphasis is given to Celso Furtado's discussion of the intellectuals' role in the development of useful knowledge for propositional actions which would lead to a deeply re-defining social change of social and political exclusion conditions. Combating defeating, pessimistic and nationalist perspectives would be a task for the intellectuals who are committed to the reconstruction of the country in all spheres. Such combat should occur by means of an ample discernment on the underdevelopment bases, their causes and consequences in the establishment of a social organization pattern of excludable political domain. Intellectuals intervene in a favorable way towards a democratic redefinition of society as their reflections illuminate social and historical reality, leading to adequate perception of its problems, dilemmas and possibilities.

Key words: social change, democratic planning, intellectuals, science and political action.

Introdução

Celso Furtado argumenta em suas obras que a reflexão teórica, o pensamento, as idéias têm a incumbência de fazer com que a sociedade seja revelada em suas nuances fundamentais, em seus aspectos formadores, em sua constituição essencial¹. O exercício da atividade intelectual tem de estar voltado para o desenvolvimento e para a sedimentação de uma perspectiva de mudança assentada na convicção de que cada sociedade deve criar os seus caminhos, os seus percursos, os seus processos de transmutação. Desse modo, cabe ao intelectual o esforço para entender as transformações sociais de sua época e como elas se processam interna e externamente, cabendo-lhe, então, um esforço de ação transformadora através de uma atividade intelectual que desvende as relações sociais e aponte

caminhos para a ação prática. Isso porque “entender o mundo é uma maneira de agir sobre ele” (Furtado: 1997a, p.102).

Em vista desses elementos buscar-se-á em Celso Furtado uma elaboração acerca do papel do intelectual no mundo moderno. Suas reflexões sobre a racionalidade capitalista, o papel da ciência², o papel do intelectual, a criatividade, a sensibilidade para compreender o mundo e as suas modificações levaram-nos a diálogos férteis com Mannheim (1893-1947) sobre a planificação democrática, a reconstrução institucional e o papel social dos intelectuais em épocas de crises ameaçadoras da

¹ Este artigo é parte de uma pesquisa maior sobre os aspectos múltiplos da mudança no pensamento social brasileiro.

² Celso Furtado realiza em *Criatividade e dependência na civilização industrial* uma de suas melhores discussões acerca do papel da ciência no mundo moderno. Para ele a ciência instrumentaliza a acumulação, a dominação capitalista, mas não é possível reduzir a ciência somente a isso, já que ela pode impulsionar uma criatividade que suplante essa sua ligação total com a dominação capitalista do homem. Enfim, uma concepção de ciência como mero instrumento da dominação potencializa o imobilismo (Furtado: 1978, p78-81).

liberdade³. Em *A fantasia organizada* ele afirma: “como estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem” (Furtado: 1997a, p. 99).

O intelectual deve, afirmava Furtado, partir do pressuposto de que não é possível ter certezas absolutas sobre os processos históricos, já que as reações humanas, seus desdobramentos, (im)possibilidades, (des)caminhos são sempre um desafio a todos aqueles que intencionam desvendar as diversas ações constituidoras das múltiplas diversidades histórico-sociais. Um outro desafio que se coloca ao cientista comprometido em fornecer subsídios para a mudança é o de apreender como a esfera individual e a social se articulam produzindo e/ou rechaçando processos de mudanças. Há esforços de natureza individual e esforços de natureza social que devem ser decifrados continuamente pela atividade intelectual. As ações individuais teriam, então, um papel importante na implementação de projetos de mudança? De que maneira as ações sociais refletiriam tais ações individuais? Furtado procura responder a essas questões. O dado importante é que a análise empreendida por ele tem a preocupação de ressaltar que a dimensão individual juntamente com a dimensão social constitui matéria de reflexão do cientista acerca dos caminhos e descaminhos das transmutações pelas quais passam todas as sociedades.

Karl Mannheim e suas influências sobre as análises de Celso Furtado acerca do papel social do intelectual e da planificação

A orientação de Mannheim, de que os instrumentos intelectuais produzidos pelos cientistas são essenciais para compreender os caminhos e descaminhos do mundo atual, está na base da discussão de Celso Furtado sobre o papel social dos homens de ciência. Este último partilha com aquele primeiro da convicção de que há uma parte, mesmo que minoritária, de intelectuais, socialmente voltada para os interesses da sociedade como um todo⁴. E a esses caberia um “entendimento gradualmente compreensivo e racional da realidade, pré-requisito para um acesso científico à política e à mudança

social”⁵ (Bramstedt e Gerth: 1972, p. 16). Em razão dessa perspectiva é que se pode entender os argumentos de Furtado em artigo publicado no mês de junho de 2003 enfatizando a responsabilidade coletiva dos intelectuais no processo de construção de ações voltadas para um projeto de nação mais igualitária e inclusiva (Furtado: 2003, p.3). Os homens de ciência, de fato, voltados para os interesses sociais e nacionais teriam, então, a incumbência de balizar os caminhos e de iluminar os debates e as discussões acerca das dificuldades e dos empecilhos atuais no que diz respeito às soluções dos problemas atinentes às desigualdades, à pobreza e à concentração de rendas.

Uma atividade intelectual desenvolvida nesses termos é considerada por Celso Furtado como um “trabalho útil no plano do pensamento” (Furtado, *in* Camargo e Loyola: 2002, p.35), já que ofereceria subsídios para a compreensão e para a proposição de novos caminhos e de novas ações para as forças sociais organizadas para combater às exclusões sociais e políticas de modo geral. Nos moldes de Mannheim para quem “conhecer a significação social dos acontecimentos é um requisito indispensável à sobrevivência” (Mannheim: 1972, p. 17), Furtado destacava desde os anos 50 que o intelectual deveria assumir inteiramente o desafio de compreender o sentido do processo social em curso no mundo atual. Na América Latina, e também em outros continentes, era premente que a ação intelectual estivesse voltada para a proposição de mudanças que levassem a uma redefinição do padrão de organização social e do padrão de domínio prevalecentes.

Orientava a reflexão de Celso Furtado a postura de Karl Mannheim de que os intelectuais deviam se preocupar

com as conseqüências sociais da transformação da sociedade, que têm suas raízes na última guerra, mas que só agora (1947) começam a manifestar-se plenamente. Não estudamos mudanças seccionais ou parciais em si mesmas, mas somente em sua interdependência. Sem menosprezar a significação da estrutura econômica, salientaremos que, sem as modificações correspondentes no plano político e cultural não há reformas satisfatórias (Mannheim: 1972, p. 17).

O pensador brasileiro, desde seus primeiros escritos, demonstrava-se imbuído da convicção de que os intelectuais progressistas⁶ deveriam tomar para

³ Mannheim referia-se ao período da Segunda Guerra e também aos anos que a precederam.

⁴ “Em 1929, Mannheim colocava sua esperança na intelligentsia socialmente desligada, nome dado por Alfred Weber a esse estrato intersticial da sociedade moderna. Dotados de alta mobilidade mental e social, emancipados das cadeias do sistema feudal de patrocínio, desengajados das estruturas burocráticas e mecanizadas da sociedade metropolitana, esses elementos representavam para Mannheim ‘os advogados predestinados dos interesses intelectuais da sociedade’ (Mannheim: 1982) em seu todo” (Bramstedt e Gerth: 1972, p.11).

⁵ Essa perspectiva de Mannheim assentava-se na “idéia segundo a qual grupos de intelectuais - que, economicamente, não são tão tributários dos conflitos de classes como os empresários ou os operários - talvez sejam menos diretamente influenciados pelos interesses econômicos que as classes econômicas, no olhar que lançam sobre a sociedade” (Elias: 2001, p. 120).

⁶ Mannheim no texto *O pensamento conservador* faz uma discussão sobre os estilos de pensamento tradicional, conservador, progressista e revolucionário. Ele afirma: “A

si a tarefa de esclarecer que as mudanças no âmbito institucional, cultural e político eram essenciais para a superação da condição de subdesenvolvimento⁷.

Furtado seguia também a orientação dada por Mannheim em 1947, no livro *Liberdade, poder e planificação democrática*, segundo a qual, em meados do século XX, a tarefa dos intelectuais comprometidos com a liberdade humana era compreender a natureza dos problemas reais. “Os méritos de qualquer solução concreta estão sujeitos a debates, e algumas, senão todas as propostas, têm que ser modificadas em seus detalhes” (Mannheim: 1972, p.18). Celso Furtado em sua *Obra autobiográfica* (1997a) reúne alguns livros que sintetizam o seu empenho em compreender historicamente as condições sociais, econômicas, políticas e culturais produtoras e reprodutoras do subdesenvolvimento⁸. Isso porque, para ele, este último era o problema essencial das sociedades latino-americanas, visto que ele potencializava continuamente as desigualdades e o imobilismo social. Ao homem de ciência comprometido com a democracia, e, portanto, com a formação de uma sociedade absolutamente renovada em seus valores e em suas instituições cabia não só a leitura dos fundamentos históricos do subdesenvolvimento, mas também a construção de propostas de ação que fossem amplamente debatidas pelas diversas forças sociais que lutavam para vencer as amarras da vulnerabilidade externa, das dificuldades de expansão industrial, do desemprego, da miserabilidade e da concentração de rendas.

A criação de uma nova sociedade dependia, então, tanto para Furtado quanto para Mannheim de amplos esforços de todos aqueles que eram comprometidos com a democracia⁹. Os intelectuais teriam, assim, um papel essencialmente fomentador de novos debates, de novas propostas, de novos valores, de novas instituições políticas, de novos modos de

operacionalizar a vida pública¹⁰. Ganhava peso expressivo, desse modo, nos escritos de Furtado, a idéia de planificação, a qual ele extraía de Mannheim. Esse último ressaltava que

a verdadeira planificação consistia na coordenação das instituições, da educação, dos valores e da psicologia. Só quem puder ver as importantes ramificações de cada passo isolado, poderá atuar com a responsabilidade exigida pela complexidade da época moderna. (...) A essência da planificação democrática deve tomar como tema a vida social em sua totalidade: novas instituições, homens novos, valores novos (Mannheim: 1972, p. 18).

Mas mediante essa concepção de planificação, como deveriam agir os homens de ciência diante de tal desafio? Celso Furtado deixa evidenciado em seus textos (1962a; 1964; 1966; 1968; 1997a; 1997b; 1997c; 1997d; 1997e) que a construção de um processo de planificação que reafirmasse o propósito concebido por Mannheim, ou seja, de criação das estruturas por onde deveria fluir uma nova sociedade, democrática em sua totalidade, era demasiadamente desafiadora para a América Latina e para todo o restante do mundo¹¹. Não havia, na década de 1950, qualquer experiência de planificação democrática nesses termos posta em prática nos países desenvolvidos ou não¹². Havia o exemplo da planificação soviética, mas que fugia essencialmente dos propósitos democráticos aventados anteriormente por Mannheim. Planificações que alimentavam ditaduras de direita ou de esquerda não serviam, de modo algum, como guia de ação. Nessas condições, cabia aos intelectuais comprometidos com a democracia buscar meios de realizar os propósitos sociais desta última. O que eles somente poderiam fazer com liberdade de reflexão¹³ e de ação.

peculiaridade do modo conservador de enquadrar as coisas em um contexto mais amplo é que ele se aproxima delas por trás, a partir de seu passado. Para o pensamento progressista, o significado das coisas deriva em última análise de algo acima ou além delas mesmas, de uma utopia futura ou de sua relação com a forma transcendente. Os conservadores, no entanto, vêem todo o significado de uma coisa no que está por trás dela, ou seu passado temporal ou sua origem evolutiva. Enquanto o progressista utiliza o futuro para interpretar as coisas, o conservador utiliza o passado; o progressista pensa em termos de modelos, o conservador pensa em termos de origens” (Mannheim: 1986, p. 121).

⁷ Para Furtado o “desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos integrados que se apresentam conjuntamente na evolução do capitalismo industrial” (Furtado: 1997b, p.22).

⁸ Na obra *A formação econômica do Brasil*, publicada pela primeira vez em 1959, há entre as páginas 191 e 251 uma exposição detalhada sobre o processo econômico produtor das condições de subdesenvolvimento (Furtado: 2000).

⁹ Em *A fantasia organizada*, Celso Furtado afirma que o livro *Liberdade, poder e planificação democrática*, de Mannheim, teria orientado sua visão de como deveria ser o mundo reconstituído a partir da Segunda Guerra Mundial (Furtado: 1997a, p.99).

¹⁰ Não é possível fazer, no âmbito deste artigo uma reflexão acerca das diversas implicações da concepção de intelectual desenvolvida por Mannheim em vista de sua concepção de ideologia e de utopia (Mannheim, 1982). Norbert Elias, que foi orientando de Mannheim, faz uma das mais interessantes críticas acerca do modo de Mannheim conceber o pensamento e a consciência. As armadilhas intelectuais em que Mannheim teria caído seriam inúmeras para Elias. Ver Elias: 2001, p.114-121. Observe-se que a crítica de Norbert Elias faz a Mannheim situa-se exatamente no modo desse último incorporar as teses de Marx acerca do vínculo do pensamento com o ser. Celso Furtado, por sua vez, em *As aventuras de um economista brasileiro* destaca que as influências de Marx sobre ele aumentaram através das discussões de Mannheim que ligavam a atividade intelectual do homem à história.

¹¹ Mannheim afirmava que o planejamento democrático no que diz respeito às técnicas, às avaliações, às ações, etc. ainda não tinha sido desenvolvido inteiramente naquele momento, ou seja, na década de 1940. A sua possibilidade estava em processo de construção (Mannheim: 1972, p. 44).

¹² Furtado tal como Mannheim argumentava que seu interesse pela “planificação ia mais longe do que a economia” (Furtado: 1997a, p. 98).

¹³ Celso Furtado desejava, no final da década de 1940, estudar o processo de planificação posto em andamento na URSS. No entanto, a realização desse objetivo mostrou-se impossível, dada a dificuldade de entrar na União Soviética sem estar

O modo de Celso Furtado se colocar diante das questões que constituíam o debate acerca dos problemas nacionais e internacionais no final da década de 1940 já revelava o seu entendimento acerca do papel social dos intelectuais. Em um país fundado em heterogeneidades sociais, políticas, econômicas, culturais e em disparidades regionais qual seria, então, o papel, de fato, relevante que cabia aos intelectuais preocupados com a construção do Brasil? O cientista social tinha o papel de descortinar a realidade social em todas as suas dimensões. Para fazer isso ele dizia reconhecer, em meados do século XX, a necessidade de compreender os efeitos das mudanças sociais e políticas que se iam processando dentro e fora do país. No entanto, o homem de ciência tinha de ser também um homem de ação, ou seja, capaz tanto de compreender as estruturas sociais, suas mudanças e permanências, quanto de elaborar e de implementar projetos voltados para a reversão das desigualdades sociais¹⁴. Isso demandava dele como intelectual a consciência de que “os problemas do Brasil se haviam sedimentado em sucessivas camadas históricas, cuja identificação ainda estava por ser feita. Havia que pensar a longo prazo e armar-se de meios para a luta de uma vida” (Furtado: 1997a, p.128).

Tomando a trajetória intelectual de Celso Furtado, desde o final da década de 1940, até as suas intervenções na vida pública na atualidade, torna-se compreensível o sentido que ele sempre atribuiu à atividade intelectual como uma luta incansável em favor da reconstrução do país. Em artigo de junho de 2003 com o título *A responsabilidade dos cientistas* (Furtado: 2003, p.3) ele procurava destacar o papel social dos intelectuais no mundo atual. Afirma ele:

cabe a nós, intelectuais e cientistas, balizar os caminhos que percorrerão as gerações futuras. O domínio avassalador da razão técnica limita cada vez mais o espaço de ação das criaturas. A história, insisto, é um processo aberto, e o homem é alimentado por um gênio criativo que sempre nos surpreenderá (Furtado: 2003, p.3).

No texto *A fantasia organizada* - composto por um conjunto de notas feitas na década de 1950 acerca do subdesenvolvimento, as quais embasaram um “ensaio sobre a história das idéias” (Furtado: 1997a,

comprometido com o próprio Partido Comunista. A forma possível seria entrar “para o Partido e em seguida solicitar uma missão que implicasse visitar a União Soviética” (Furtado: 1997a, p. 101). Para ele isso era um despropósito, já que o intelectual teria que estar acima desses condicionantes para poder desenvolver o seu trabalho. “Em primeiro lugar, não podia admitir submeter-se à tutela de um Partido que se escreve com letra maiúscula, pois eu colocava a minha liberdade de pensar acima de tudo. Em segundo, não admitia receber instruções para escrever sobre isso ou aquilo” (Furtado: 1997a, p.101).

¹⁴ Sobre essa discussão ver: (Tavares, 2000; Gaudêncio e Formiga, 1995; Furtado, 1992; Furtado, 1995; Furtado, 1998; Furtado, 1999a; Furtado, 1999b; Furtado, 2002a).

p. 93) - Celso Furtado demonstra que a preocupação acerca do papel e da responsabilidade social do intelectual o acompanhou desde muito cedo. A década de 1940 tinha sido marcada pela descrença, por parte dos intelectuais, na possibilidade de que alguma coisa pudesse ser feita no sentido de mudar o rumo os acontecimentos internos e externos. Para ele, a guerra fria teria produzido uma espécie de paralisia dos espíritos. Era como se houvesse um beco sem saída. No Brasil, onde não havia partidos políticos que assumissem claramente uma confrontação ideológica tal como ocorria na Europa, os efeitos da guerra fria congelavam expressivamente a capacidade imaginativa, criativa dos intelectuais. O sectarismo tomava conta dos quadros da esquerda e atingia também os homens de ciência que faziam parte deles.

Detectava-se, nos anos 40 e 50 do século XX, que, de um lado, estava uma parte dos intelectuais mergulhados no sectarismo e, de outro, estavam aqueles preocupados com a teoria quantitativa da moeda, com os aspectos monetários da economia, etc. Eram raros aqueles que se voltavam para ações mais propositivas e que acreditavam na possibilidade de reverter o estado de subdesenvolvimento, desigualdade e exclusão da América Latina. O trabalho desenvolvido pelos técnicos da Cepal (Comissão Econômica para América Latina) teria tido, então, o papel de abrir caminhos por onde fluiriam pesquisas cada vez mais intensivas sobre a precariedade das massas urbanas na América Latina, sobre os atrasos econômicos, sobre as dificuldades de industrialização, sobre a concentração de rendas, sobre a degradação das relações de troca, sobre a ordem internacional e seus efeitos impeditores do desenvolvimento industrial, entre outras questões¹⁵.

Em suas obras autobiográficas Celso Furtado (1997a; 1997b; 1997c; 1997d; 1997e) destaca que, de modo positivo, essas questões suscitaram debates importantes sobre as possibilidades de redefinir os caminhos trilhados pelo continente latino-americano à medida que desvendavam espaços para a ação dos países periféricos. Ou seja, não havia uma condenação natural do continente ao atraso, ao subdesenvolvimento. O rompimento com a servidão imposta pelos países centrais à periferia poderia advir de ações desenvolvidas no âmbito das nações latino-americanas.

O papel do intelectual comprometido com a reconstrução dos países periféricos era tanto desvendar, a partir de uma perspectiva histórica, as peculiaridades dos mesmos quanto contribuir para a formulação de projetos de ação que levassem tais nações a vencerem as suas condições de

¹⁵ Em *Criatividade e dependência na civilização industrial*, Celso Furtado faz uma ampla discussão sobre a gama de ambigüidades que a idéia de desenvolvimento comporta (Furtado: 1978, p.48-61).

subdesenvolvimento¹⁶. Portanto, “não adiantava comparar modelos abstratos nem vestir a realidade com as camisas pré-fabricadas dos ‘modos de produção’. Havia que abarcar a realidade complexa com a imaginação e submetê-la em seguida a tratamento analítico” (Furtado, 1997a, p.162).

O intelectual e o processo de planificação: os planos de desenvolvimento da América Latina e os seus múltiplos desafios

Os diálogos de Celso Furtado com as teses de Mannheim acerca da planificação devem ser lidos à luz de um momento histórico, a partir de meados do século XX, em que aquele segundo fazia uma análise do sistema capitalista em vista das condições de crise, de desemprego e de tensões sociais latentes (Furtado, 1969; 1973; 1976; 1979; 1983; 1992; 1998b; 1998c). A livre concorrência (*laissez-faire*), o puro jogo do mercado tinham que ser atacados através do planejamento, já que somente este poderia evitar que ocorressem nas décadas que se seguiriam, catástrofes sociais em forma de guerras, totalitarismos, massificação, desemprego, miserabilidade, fome e imobilismo social que se delineavam em um horizonte próximo. Na verdade, para Mannheim, as catástrofes sociais eram inerentes ao próprio sistema capitalista, e a planificação democrática¹⁷ era uma forma de combater as mesmas de modo racional e sistemático, uma vez que desencadearia tanto uma capacidade criadora dos homens quanto uma atitude mental nova nos diversos âmbitos da vida social.

O problema social e político, por excelência, do tempo presente (período pós-Segunda Guerra Mundial), era, então, construir um sistema social que tivesse o planejamento democrático como sua base essencial, afirmava Mannheim. Essa planificação teria que ter, como característica básica, a sujeição ao controle democrático.

Planejamento, mas não planejamento restricionista que favoreça os monopólios de grupos, seja de homens de empresa seja de associações operárias, mas ‘planejamento para a plenitude’, isto é, pleno emprego e total exploração dos recursos; planejamento para a justiça social, mais que

igualdade absoluta, com diferenciação e recompensas e status, sobre a base da genuína igualdade mais que do privilégio; planejamento, não para uma sociedade sem classes, mas para uma sociedade que suprima os extremos de riqueza e pobreza; (...) planejamento que neutralize os perigos de uma sociedade de massas, coordenando os instrumentos de controle social, mas só interferindo nos casos de deterioração institucional ou moral, definidos por critérios coletivos; planejamento para o equilíbrio entre a centralização e a dispersão do poder; planejamento para a transformação gradual da sociedade, a fim de estimular o desenvolvimento da personalidade: em resumo, planejamento mas não arregimentação (Mannheim: 1972, p. 49).

Sob quais aspectos a concepção de planificação de Celso Furtado dialogava com essas características do planejamento enumeradas por Mannheim? Em termos mais gerais pode-se dizer que ele advogava a necessidade premente, tal como Mannheim, de implementação de uma luta no plano das idéias para formulação de um pensamento capaz de interferir nas estruturas de poder e fazê-las voltar-se para o desenvolvimento e para a justiça social. Esse era, para Furtado, o grande desafio que a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), órgão da ONU criado nos últimos anos da década de 1940, teria que enfrentar, a princípio, para promover as mudanças necessárias no continente. “Tratava-se de inventar técnicas que permitissem colocar diante da sociedade o horizonte de opções possibilitado pela estrutura existente e pelo esforço de mudança consentido” (Furtado: 1997a, p. 239).

Assinale-se, então, que, nos moldes defendidos por Mannheim, somente um planejamento democrático seria possível. Se já era significativamente complexo o estabelecimento de tal modo de planejar nas sociedades avançadas, isso era mais difícil ainda no caso da América Latina devido ao baixo grau de racionalidade e de responsabilidade política. A planificação democrática deveria, segundo Furtado, “criar instrumentos que dessem ao mesmo tempo eficácia e transparência ao poder” (Furtado: 1997a, p. 239). As decisões acerca dos fins a alcançar pertencem à área do poder e, portanto, antecedem à planificação; no entanto, elas não podem deixar de levar em conta os interesses dos cidadãos (Furtado: 1997a, p. 239), estando aí, assim, o papel do planejamento democrático, o qual lidaria com um campo aberto de lutas e de embates por estar calcado em uma percepção da realidade que se agudizaria pelo próprio processo de mudança que expandiria mais e mais as áreas de conflitos.

Uma passagem do livro *A fantasia organizada* clareia, de fato, a concepção de planejamento democrático de Celso Furtado. Ele diz que na América Latina era essencial aumentar o número de empregos. Essa era a luta essencial contra o

¹⁶ Goldthorpe ressalta: “Para Furtado, atraso é muito diferente de subdesenvolvimento. O simples atraso implica apenas uma economia basicamente agrícola. O subdesenvolvimento, entretanto, implica a existência de uma economia dualista, ou dualismo estrutural. Historicamente, isso ocorreu como resultado da expansão da economia industrial européia para regiões já habitadas, com a criação de ‘estruturas híbridas, em parte tendendo para comportar-se como um sistema capitalista, em parte perpetuando as características do sistema previamente existente’ (Furtado, 1961)” (Goldthorpe: 1977, p.220).

¹⁷ Mannheim considerava que a planificação democrática se distinguia essencialmente da planificação fascista e da planificação socialista. Ele desenvolveu uma discussão sobre essas duas últimas no primeiro capítulo do livro *Liberdade, poder e planificação democrática* publicado no final da década de 1940.

subdesenvolvimento, já que este tem como característica básica o não-aproveitamento da mão-de-obra e a insuficiência de capital. Mas de que modo a planificação contribuiria com esse processo e o democratizaria? Ele afirma: “A decisão de exigir mais esforço da população e/ou intensificar o crescimento é de natureza política. O que é próprio da planificação é que ela explicita os objetivos embutidos na política” (Furtado: 1997a, p. 240). Essa transparência potencializaria os conflitos, os embates, mas traria, de modo crescente, para a arena política as ações daqueles grupos que visavam baixar os custos sociais do desenvolvimento.

A concepção de planejamento democrático de Mannheim influenciava também Furtado no que diz respeito à necessidade de formulação de planos de desenvolvimento que não estivessem voltados somente para os interesses de alguns grupos, mas sim para a sociedade como um todo. O aumento da produtividade, por exemplo, somente significaria a geração de desenvolvimento se não estivesse voltado para gerar e concentrar riquezas nas mãos de alguns grupos somente. A planificação tinha, assim, que ter como preocupação essencial a justiça social, conforme argumentou Mannheim anteriormente. “Se os aumentos de renda se concentram em poucas mãos, não haverá na economia reações que tendam a intensificar o desenvolvimento” (Furtado: 1997a, p. 263).

O ato de planejar como um ato de produzir uma transformação gradual da sociedade mencionado por Mannheim estava também presente na perspectiva de Furtado. No entanto, havia diferenças no modo de um e de outro conceber essa própria gradação. Enquanto aquele primeiro, em razão do fascismo e do stalinismo, propunha um movimento de modificação gradual que transformasse a própria personalidade dos indivíduos, tornando-os dotados de novos valores que não possibilitassem aos mesmos sucumbir às propagandas totalitárias, Celso Furtado tematizava a questão da mudança gradual em termos principalmente econômicos, político e social e não especificamente em relação à própria personalidade individual.

A planificação econômica era tida, segundo Furtado, pela Cepal como a fórmula de criar mecanismos locais, ou seja, latino-americanos, de desenvolvimento. A Comissão Econômica para a América Latina entendia que “a problemática do desenvolvimento abarca todo processo social e político, razão pela qual a política de desenvolvimento terá que ser inventada localmente” (Furtado: 1997a, p. 277). Em razão dessa posição estabeleceram-se vários debates acerca do papel do

intelectual no processo de planejamento¹⁸.

Em vista de alguns posicionamentos que desqualificavam inteiramente a possibilidade de construção de ações propositivas por parte dos intelectuais que se agrupavam em torno da Cepal, por exemplo, Celso Furtado afirmava que havia uma tendência da *intelligentsia*

a assumir atitude arrogante diante do povo, inclinando-se, ainda que inconscientemente, a atribuir-lhe certa culpa pelo atraso do país. O mesmo se pode dizer com respeito ao pessimismo dos intelectuais, que raia pelo derrotismo quando se trata de julgar o próprio país, como freqüentemente notam observadores estrangeiros. As pessoas que deixam transparecer certo entusiasmo pelas coisas do país são logo acoimadas de ufanistas (Furtado: 1997a, p. 278).

O processo de planejamento tem que estar embasado não somente no conhecimento rigoroso da origem e da dimensão do excedente social, deve pautar-se também na compreensão da ação dos diversos grupos que se apropriam dele (Furtado: 1997a, 286). O comportamento desses segmentos deve ser estudado minuciosamente pelos homens de ciência que objetivem instrumentalizar a criação de propostas as quais visem utilizar o excedente social em favor da construção de uma sociedade mais igualitária e menos excludente social e politicamente¹⁹.

O planejamento pensado como uma técnica social, nos moldes mannheimianos, seria

capaz de elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não-reversíveis em direções indesejáveis. Fixou-se, assim, no meu espírito a idéia de que o homem pode atuar racionalmente sobre a história. Hoje me pergunto se não existe uma grande arrogância nessa atitude: imaginar que estamos preparados para dar um sentido à História (Furtado: 1997b, p.18)²⁰.

É interessante observar que mesmo colocando em questão, em um dado momento, esse modo de pensar

¹⁸ Celso Furtado relata em *A fantasia organizada* que, no início da década de 1950, ocorreu na imprensa um debate entre Eugênio Gudin e Raul Prebisch sobre a planificação. Aquele primeiro era um crítico feroz dessa última, o que foi por ele explicitado em vários artigos, no jornal *Correio da Manhã*, intitulados *A mística do planejamento* (1953). Raul Prebisch combateu suas idéias também na imprensa, ou seja, no *Diário de Notícias*, através de vários artigos denominados *A mística do equilíbrio espontâneo da economia* (1953).

¹⁹ Celso Furtado afirma que no decorrer da história foram múltiplas as formas de utilização do excedente. A construção de pirâmides, a contratação de legiões de mercenários, a fabricação de barcos, o investimento na produção, a potencialização do consumo supérfluo, etc. estão entre elas.

²⁰ Tal perspectiva se opunha totalmente às idéias da teoria neoclássica que se assentava na convicção de que os automatismos tornavam desnecessário o agir sobre os processos econômicos (Furtado, 1997a).

o homem e a história, todos os textos recentes de Furtado (Furtado: 1998; 1999a; 1999b; 2002a; 2003) mantêm uma clara convicção sobre as possibilidades do homem imprimir novos sentidos, significados e rumos à história que sempre foi vista por ele como um processo em aberto. Se em algum momento ele duvidou que os homens, até mesmo os homens de ciência, estivessem preparados para dar outros rumos à vida social, isso não é a regra geral de seus escritos.

Os intelectuais e os processos de mudança social

Celso Furtado em *As aventuras de um economista brasileiro* emprega a palavra idéia-força para caracterizar o resultado do imbricamento entre a atividade intelectual e a ação. Neste texto, visando esclarecer essa relação entre ciência e ação, pensamento e ação, idéia e ação, encontram-se vários nós não desatados quanto às influências que ele teria recebido do positivismo, do marxismo e de Mannheim ao mesmo tempo²¹. Tais diálogos não eram para ele excludentes, mas trouxeram impasses significativos para a sua concepção em torno da ligação entre atividade intelectual e ação política democrática. Furtado destacava que a sua atividade de pensar e de agir estava influenciada pelo positivismo que conectava conhecimento e progresso, mas tal influência não anulava, mas sim era o pano de fundo, de sua convicção filiada ao marxismo o qual supunha que as formas sociais são históricas e superáveis. Os escritos de Mannheim teriam, assim, possibilitado um alargamento da influência de Marx, já que aquele primeiro destacava que “a sociologia do conhecimento era uma forma de ligar a atividade intelectual do homem à história” (Furtado: 1997c, p.16).

Neste último texto mencionado no parágrafo anterior, o qual foi escrito em 1972, Celso Furtado argumentava que acreditava na possibilidade de uma ação intelectual que levasse em conta a “ruptura epistemológica entre conhecimento científico e conhecimento ideológico” (Furtado: 1997c, p.17). Isso embasava a sua convicção de que não deveria ele, como intelectual, hipotecar-se a qualquer organização e/ou partido político. A ação política

transformadora advinha do conhecimento, do planejamento, das técnicas sociais. Fica a impressão de que, para ele, distanciar-se das disputas ideológicas da direita e da esquerda era, até mesmo, uma condição essencial para o florescimento de uma ação intelectual conseqüentemente voltada para a reconstrução da vida social. Todavia, o que ele próprio está a construir em termos de pensamento e de ação era também uma forma de ideologia. A ideologia desenvolvimentista voltada aos interesses das “classes sociais nacionais que ainda aspirem à autonomia” (Oliveira, in Tavares: 2000, p. 127).

Não se deve supor, todavia, que a noção de ideologia desenvolvimentista deva ser utilizada para desqualificar e/ou diminuir a importância tanto do pensamento quanto da ação de Furtado. As teses sobre ideologia de Mannheim - que lhe serviram de guia desde os anos 50 do século passado - esclarecem que de alguma maneira todo pensamento é ideológico. Esse é o conceito de ideologia total presente nas reflexões de Mannheim, o qual o levou a se debater para estabelecer alguma distinção com a noção de utopia que, “no entanto, também tem o caráter de uma ideologia” (Elias: 2001, p. 121). Assim como para Mannheim, a distinção entre conhecimento científico e conhecimento ideológico era desafiadora para Furtado. A essencialidade dessa distinção fundava-se na busca de manter-se não-comprometido, na década de 50, com as agremiações e partidos políticos.

Em *A fantasia desfeita*, Celso Furtado, ao discutir as falas de Juscelino Kubitschek em um evento no Nordeste, chamava a atenção para o fato de ter-se indignado com a promessa do presidente de que levaria luz elétrica à população daquela região. Sua indignação devia-se ao fato de que tal promessa era demagógica. Mas ele afirma ter feito, nessa ocasião, um questionamento a si mesmo, ou seja, “o uso extremado de argumentos racionais (...) também não era uma forma de demagogia?” (Furtado: 1997e, p. 105). Sem querer equalizar o conceito de ideologia e o de demagogia, pode-se afirmar que nas sociedades contemporâneas esta última é um dos alimentos construtores daquela primeira. Deste modo, se o pensamento racional é também uma forma de demagogia, é ele também uma forma de ideologia. Ou melhor, uma forma de alimentá-la.

Furtado ao discutir o reformismo também colocava para si inúmeros problemas quanto à atuação dos intelectuais no processo construtor de reformas. Toda reforma era ideologicamente voltada para os interesses preponderantes da sociedade? Todas elas seriam indecentes, inócuas? Ele afirmava que não partilhava dessas convicções e advogava a necessidade de que os intelectuais discutissem com mais clareza que, de fato, poderia haver propostas de reformas absurdas, como, por exemplo, propor

²¹ Ressaltando as especificidades das atividades de pensamento no país, Celso Furtado afirma: “no mundo brasileiro, tradicionalmente dominado pelas idéias clericais, a eclosão do comtismo foi de extraordinário alcance. Pela primeira vez, o homem passava a confiar no progresso, sentido-se capacitado para formular uma interpretação do mundo exterior. Cresceu, nesse momento, o desejo de tudo compreender e tudo explicar, o que levou uma vanguarda intelectual ao agnosticismo, essa percepção dos limites do entendimento humano diante de problemas até então da alçada exclusiva da religião. Por paradoxal que pareça, o positivismo, entre nós, serviu de cabeça-de-ponte para a penetração de idéias marxistas, o que explica a forte influência de ideologias de esquerda no mundo intelectual e entre militares de nível acadêmico” (Furtado: 2002b, p.3).

reformular a escravidão. Mas nem todas as reformas ocorridas na época moderna no plano político, por exemplo, poderiam ser definidas como indecentes. Ele abria aqui um campo de embate com alguns intelectuais de esquerda (Sartre, por exemplo) acerca do reformismo e de seus alcances, o que o encaminhava, no início da década de 1960, a um debate com os métodos revolucionários que se opunham a toda e qualquer reforma. No texto *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira*, de 1962 (Furtado, 1962b), ele tecia uma crítica a todas as perspectivas revolucionárias que levavam a ditaduras. Nesse texto, ele parecia considerar que tinha, como intelectual defensor da democracia, o dever de alertar a juventude para os equívocos do marxismo-leninismo que desprezava inteiramente todo e qualquer processo de democratização.

A abertura de espaços para que os diversos estratos adentrassem a arena política era o grande objetivo a ser perseguido naquele momento. Ou seja, nos moldes de Sérgio Buarque de Holanda, na década de 1930, em *Raízes do Brasil* (1987), Furtado pressupunha que construir uma sociedade democrática era, de fato, a nossa revolução ainda a ser feita. Para este último, os agrupamentos de esquerda pareciam ir no sentido oposto a isso ao abraçar uma filosofia de ação que negava a importância da democracia. Enfim, os jovens deveriam estar dispostos a lutar por essa última, a cobrar dos dirigentes²², dos governantes, dos intelectuais²³, dos parlamentares, ações que conduzissem o país ao desenvolvimento e à eliminação da mistificação da falsa democracia como a única democracia possível.

Assinale-se que Celso Furtado apresentava essa preocupação, em 1962, ou seja, às portas do golpe militar de 1964. É ilustrativo mencionar que o regime que se instaura a partir daquele momento potencializou uma idéia mistificadora da democracia. Tanto que a própria pretensão de legitimidade da ditadura militar passava a se assentar na idéia de que somente os novos condutores da ordem política

brasileira seriam capazes de implantar no país a verdadeira democracia (Rezende, 2001). “Estava fora de dúvida que os militares puderam legitimar-se apresentando como árbitros - debeladores da subversão rampante, restauradores da ‘democracia’” (Furtado: 1997d, p. 92). Era evidente que tanto o desenvolvimento quanto esta última adquiria no discurso do grupo de poder, que instaura o regime militar, uma conotação distinta daquela empregada pelas forças progressistas.

Estávamos agora (pós-1964) diante de um projeto ‘modernizador’, que partia da idéia de que tanto a distribuição equitativa da renda como a convivência democrática somente são alcançadas nas fases superiores do desenvolvimento. Assim, havia antes que conhecer as dores do parto da ‘acumulação primitiva’. Para essa gente, o desenvolvimento é um processo de domesticação da sociedade, requer o exercício de um poder autoritário. Enfim, era a vitória da doutrina da modernização tutelada. As pessoas que pensam assim são alérgicas ao debate aberto; sem que o percebam pensam em revólver quando ouvem falar de intelectual (Furtado: 1997b, p.56).

Era fundamental a reflexão de Furtado acerca da necessidade de que todos os setores progressistas se empenhassem em esclarecer que as tensões sociais e políticas eram expressão de aprimoramento do desenvolvimento social, da capacidade do país de auto dirigir-se e do combate aos anacronismos institucionais. Isso significava a necessidade de travar um embate com os setores conservadores e autoritários sobre o sentido e o significado da democracia, não deixando que os mesmos perpetuassem um sentido mistificador para esta última, afirmava ele no *Manifesto das Forças Progressistas*, redigido no ano de 1962, como uma forma de construir um norte de enfrentamento com a direita que através do IBASE (Instituto das Bases Empresariais) se empenhava em colocar um número expressivo de seus candidatos no Parlamento (Furtado: 1997e, p. 225-234).

O intelectual comprometido com o desenvolvimento social e com a democracia tinha a responsabilidade, segundo ele, de posicionar-se no interior dessa luta política que se polarizava no início da década de 60. A atuação deveria dar-se no sentido de uma união de esforços em torno da concretização das Reformas (agrária, fiscal, administrativa, universitária, eleitoral, bancária e de disciplinamento do capital estrangeiro) de Base que se colocavam como essenciais naquele momento. Era enorme a responsabilidade do homem de ciência comprometido com a democratização da vida social, já que no país não havia, naquele momento, qualquer movimento político organizado e dotado de capacidade para conduzir tais reformas. Esse quadro se agravava

²² Ao discutir o subdesenvolvimento nos anos 50 e 60, do século XX, Celso Furtado insistia que era próprio desse tipo de organização social a existência de uma dificuldade entre os grupos dirigentes (ligados ao latifúndio, ao comércio exterior e ao mercado interno) de perceber nitidamente as suas próprias posições no jogo político que se estabelecia. Crescem, assim, as resistências à mudança até mesmo pelos embates travados entre esses próprios setores. “(...) A classe dirigente, por sua própria heterogeneidade, está incapacitada para formular um projeto de desenvolvimento nacional” (Furtado: 1997e, p.288).

²³ No prefácio escrito em 1990 a uma coletânea de textos escritos em momentos diversos, ou seja, entre a década de 1960 e a década de 1980, a qual foi intitulada *Os ares do mundo*, Celso Furtado afirma que com o passar do tempo ele teria concluído que a maior fraqueza dos países subdesenvolvidos estava no plano das idéias. Ser colonizado mentalmente e estar preso a doutrinas e teorias desconectadas da realidade social do terceiro mundo eram dois traços dessa fragilidade no plano do pensamento (Furtado: 1997d, p. 50).

expressivamente, uma vez que alguns políticos progressistas agiam ou através de radicalizações vazias e desconexas ou através de lutas personalistas que acabavam por reproduzir o mesmo jogo da direita, a qual não tinha qualquer compromisso com o fortalecimento das instituições democráticas.

Ao discutir a formulação desse *Manifesto das Forças Progressistas*, alguns anos depois, ou seja, na década de 80, Celso Furtado levantava uma questão essencial que problematiza as dificuldades de ação que os intelectuais enfrentam em suas tentativas de intervir no processo de luta política. Mediante o comentário do general Osvaldo Alves, comandante do I Exército, de que aquele manifesto estava “ótimo para ser utilizado num golpe”, Celso Furtado indagava: “preocupado em salvar as instituições democráticas, eu teria forjado instrumentos para aqueles que queriam antecipar o seu enterro. Fazer política com eficácia requer uma dose de ‘astúcia’ da qual eu certamente carecia” (Furtado: 1997e, p. 236).

Todavia, não se deve supor que, ao mencionar esse fato, Celso Furtado, estava voltando atrás em sua posição acerca do necessário compromisso dos intelectuais em produzir vias para a ação política. De modo algum. Ele estava somente colocando em evidência as diversas dificuldades e as ciladas que eram atinentes a essa atividade de construção de canais de interlocução entre o pensamento e a ação. Tais dificuldades não deveriam, porém, servir como desculpas para um não-comprometimento por parte dos homens de ciência que, a seu ver, deveriam ser, ao mesmo tempo, homens de ação. Na introdução do livro *Dialética do desenvolvimento*, ele dava destaque ao papel do intelectual e à sua responsabilidade nos processos de mudanças que urgiam no início da década de 60. Ele afirmava: “os cientistas sociais a quem cabe projetar alguma luz sobre as prováveis conseqüências das ações dos responsáveis pela salvaguarda do interesse público (...) é o grande omissão da época presente (início da década de 60), por comodismo ou covardia” (Furtado: 1964, p.9).

E por que os cientistas sociais teriam uma responsabilidade e um papel social particular no processo de constituição de mudanças sociais substantivas? Celso Furtado argumentava que isso se devia ao fato de que eles não somente podem, mas devem

sobrepôr-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isso lhe faculta mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a da inteligência. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar a ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações de cultura. Seu compromisso supremo é com a dignidade da pessoa humana - atributo inalienável do ser do intelectual (Furtado:

1964, p.9-10).

O papel e a responsabilidade do intelectual: considerações finais

Em Celso Furtado o papel e a responsabilidade do intelectual são discutidos em vista de um compromisso dos homens de ciência com a dignidade humana e com a democracia. Deste modo, ele não estaria falando dos intelectuais em geral, mas somente daqueles que tivessem suas ações voltadas - tanto no que diz respeito à interpretação da vida social quanto à intervenção na realidade - para a busca de uma sociedade mais igualitária materialmente e menos excludente politicamente. O intelectual não seria, então, o pensador orgânico de um grupo ou de uma classe social. Ele necessita estar desvinculado de interesses de grupos para proceder a uma reflexão, a uma leitura que possibilite esclarecer as conseqüências que as ações políticas desencadeadas em um determinado momento, pelas inúmeras forças sociais, podem, por sua vez, desencadear. Celso Furtado parte da premissa de que há uma necessidade de autonomia do intelectual diante das organizações e das associações políticas. Assim o homem de ciência que se submete aos ditames de um partido (seja ele de direita, de centro ou de esquerda) perde sua autonomia reflexiva, já que necessita responder aos comandos políticos externos, exteriores a sua atividade de reflexão e análise.

A responsabilidade maior dos cientistas preocupados com a dignidade humana é com a coletividade e não com grupos políticos organizados em suas diversas formas, ou seja, como partidos, associações, movimentos sociais, entre outras. Em suas reflexões, esses intelectuais devem apontar em que sentido as organizações, os comportamentos e as atitudes das diversas forças sociais contribuem ou não para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Os homens de ciência ajudam a impulsionar mudanças substantivas quando contribuem para “balizar os caminhos que percorrerão as gerações futuras” (Furtado: 2003, p.3). O Agir predisposto a dar um rumo distinto ao devir funda-se na convicção de que a história é um processo em aberto. Não há certezas sobre o devir, pois este está fundado nas ações humanas. Tudo dependerá sempre do modo como os homens agirão. O intelectual tem que se colocar diante da história sempre duvidando de toda e qualquer certeza. Tanto o pessimismo exagerado quanto o otimismo sem limites são prejudiciais para uma leitura dos caminhos e descaminhos pelos quais os indivíduos e grupos sociais podem seguir através dos tempos²⁴. Essa

²⁴ Mannheim considerava que os dois principais regimes totalitários do século XX se assentavam no pessimismo ou no otimismo exagerados. O fascismo tinha uma visão fatalmente pessimista

perspectiva de Furtado seguia a orientação de Mannheim que afirmava:

Neste momento histórico (1947) nada está seguro - tudo se acha em estado de fluidez²⁵ - e qualquer proposta pode ser anulada pelos acontecimentos de amanhã. (...) Os méritos de qualquer solução concreta estão sujeitos a debates, e algumas, senão todas as propostas, têm que ser modificadas em seus detalhes. Pois bem, se se revelarem exatas, isto será exclusivamente porque a análise colocou o dedo sobre as chagas da sociedade (Mannheim: 1972, p. 18).

O intelectual somente pode engajar-se na construção de melhorais da condição humana se tiver a convicção de que os “homens são alimentados por um gênio criativo” (Furtado: 2003, p.3) capaz de reelaborar continuamente a vida social. Os desafios que se colocam aos intelectuais advêm, assim, desse estado de fluidez mencionado anteriormente por Mannheim. Faz-se necessário, ainda, levar em conta não somente as incertezas que se instauram após a Segunda Guerra no mundo como um todo, mas também os desafios específicos de exercer a atividade intelectual em uma condição de subdesenvolvimento. No artigo A responsabilidade do economista publicado na obra *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*, Celso Furtado aponta os desafios que o intelectual brasileiro, voltado para a reconstrução do país em termos mais igualitários e democráticos, tem de enfrentar no plano da análise, da reflexão. Observe-se que é também uma responsabilidade do cientista a demarcação correta das especificidades atinentes ao padrão de organização social e de domínio vigentes em uma sociedade periférica atual.

A atividade de Celso Furtado como homem de ciência e de ação deve ser interpretada no quadro de uma maneira de conceber as mudanças sociais que o país necessitava a partir da formulação de projetos de modernização que demandavam uma ação construtora e efetiva de determinados grupos das próprias elites. Ele não foi o primeiro a conceber dessa forma o processo social brasileiro. Fernando de Azevedo e Manoel Bomfim, por exemplo, cada um a seu modo, esteve preocupado com a formação de uma elite

democrática capaz de superar suas limitações políticas. Aquele último afirmava que a elite precisava fazer um esforço sobre si mesma para vencer o seu pavor quanto à possibilidade de que as mudanças oriundas do processo de industrialização e de urbanização alterassem substantivamente o jogo entre as forças sociais oriundas desse processo. Fernando de Azevedo considerava que o estabelecimento de uma educação pública e universal tenderia a transmutar o caráter da elite sempre avessa a todo e qualquer projeto modernizante.

Celso Furtado, por sua vez, afirma que a partir de seu conhecimento sobre o modelo de economia vigente no país, sobre o agrarismo como a causa do atraso brasileiro, sobre as heterogeneidades sociais, sobre a ausência de um sistema industrial capaz de potencializar o seu desenvolvimento, sobre a não-existência de “uma classe dirigente capaz de formular um projeto de transformação do país” (Furtado: 2002a, p. 75), e tendo clareza de que era preciso haver forças sociais capazes de conduzir esse projeto de transformação industrial é que ele se pôs “a trabalhar para forjar os instrumentos de que ela (esta elite industrial) necessitava para desempenhá-lo” (Furtado: 2002a, p.75).

Todavia, já no final da década de 1950 e no início da de 1960, através de suas atuações junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com a chamada Operação Nordeste, e depois na Sudene, ia ficando claro, segundo ele, que era muito mais difícil do que ele imaginara a princípio a transformação do setor industrial em agentes políticos de mudança e de reconfiguração do país²⁶.

Parecia-me claro que as forças sociais que lutavam pela industrialização não tinham suficiente percepção da gravidade do quadro social do país, e tendiam a aliar-se ao latifundismo e à direita ideológica contra o fantasma das organizações sindicais nascentes. Foi quando compreendi que muitas águas ainda iam rolar antes que emergisse uma sociedade moderna no Brasil (Furtado: 2002, p. 76).

Os dilemas que se colocam aos intelectuais na atualidade são inúmeros. As perplexidades tendem a ganhar contornos cada vez maiores em vista das ameaças que se colocam à democracia, ao pluralismo, em razão das heterogeneidades crescentes no mundo subdesenvolvido que impedem que uma parte expressiva de suas populações consiga desenvolver as suas potencialidades criativas. Os dilemas e os

do homem e de suas possibilidades. “Os fascistas nunca se guiam em seus atos pela idéia de melhoramento básico dos problemas do mundo” (Mannheim: 1972, p.46). O comunismo, no entanto, parte de um raciocínio inverso, ou seja, “este começa com uma fé fanática na perfectibilidade da condição humana e da ordem social. Tal fé, ilimitada no melhoramento potencial dos assuntos humanos, não seria perniciosa se não levasse o comunista a menosprezar as dificuldades da fase de transição” (Mannheim: 1972, p.47).

²⁵ Na atualidade Zygmunt Bauman vem realizando várias análises sobre como se está processando a vida social hoje sob a condição de fluidez que se aprofundou nas últimas décadas. Sua reflexão tem-se dado a partir da seguinte questão: Que mudanças tem a modernidade fluída (ou líquida) produzido na condição humana? (Bauman, 2001).

²⁶ É interessante notar que Fernando de Azevedo em suas atividades de pensamento e de ação política nos anos 40 e 50 também se mostrava otimista quanto à possibilidade de emergência de uma elite capaz de se empenhar, juntamente com todos os outros setores progressistas, em projetos de transformação do país. No início dos anos 60, na obra *A cidade e o campo na civilização industrial e outros ensaios* (1962), ele já se mostrava completamente descrente dessa possibilidade.

desafios anteriormente mencionados são sempre multiplicados, uma vez que o valor de um trabalho intelectual está exatamente na possibilidade de combinar

dois ingredientes: imaginação e coragem para arriscar na busca do incerto. As ciências, e aqui incluo as sociais, (...) evoluem graças aos que são capazes de ultrapassar certos limites. Mas não basta armar-se de instrumentos eficazes para alcançar esse objetivo. Atuar de forma consistente no plano político, portanto, assumir a responsabilidade de interferir num processo histórico, impõe ter compromissos éticos. A ciência é uma maravilhosa criação do homem, mas em parte considerável é condicionada pela sociedade onde surge. (...) As ciências sociais ajudam os homens a solucionar problemas práticos de várias ordens, mas também contribuem para conformar a imagem do mundo que prevalece em certa sociedade. Assim, podem servir de cimento ao sistema de dominação social que legitimam. É freqüente, portanto, que as estruturas de poder procurem cooptar os homens de ciência (Furtado: 2002a, p.80).

Referências

- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRAMSTEDT, E. K.; GERTH, H. Nota sobre a obra de Karl Mannheim. In: MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972, p. 09-16.
- CAMARGO, A.; LOYOLA, M. A (Org.). *Celso Furtado: entrevista*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.
- ELIAS, N. Alfred Weber e Karl Mannheim. In: *Norbert Elias por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.114-133.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife: Condepe, 1962a.
- FURTADO, C. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962b.
- FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- FURTADO, C. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Cia Nacional, 1969.
- FURTADO, C. *A análise do "modelo" brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- FURTADO, C. *A economia latino-americana*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.
- FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, C. *Brasil: da república oligárquica ao Estado militar*. In: *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Cap.1, p.1-23.
- FURTADO, C. *Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FURTADO, C. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 nov. 1995. C.1, p.3.
- FURTADO, C. *A fantasia organizada*. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997a. cap.1-14, p. 87-359.
- FURTADO, C. *Aventuras de um economista brasileiro*. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. Cap.1, p. 9-26.
- FURTADO, C. *Entre inconformismo e reformismo*. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997c. cap.1, p. 9-40.
- FURTADO, C. *Os ares do mundo*. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997d. cap.1-4, p. 41-390.
- FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. In: *Obra autobiográfica*. São Paulo: Paz e Terra, 1997e. Cap.1-7, p.27-306.
- FURTADO, C. *Seca e poder: entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998a.
- FURTADO, C. *O desafio do futuro*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. 1998b. Caderno 5, p.4 -5.
- FURTADO, C. *O capitalismo global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998c.
- FURTADO, C. *O longo amanhecer*. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- FURTADO, C. *A reconstrução do Brasil. Praga: estudos marxistas*, São Paulo: Hucitec, n.8, p.9-13, ago. 1999b.
- FURTADO, F. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- FURTADO, C. *Em busca de novo modelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.
- FURTADO, C. *Confrontações ideológicas no Brasil*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 dez 2002b. C.A, p.3.
- FURTADO, C. *A responsabilidade dos cientistas*. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jun. 2003. C.1, p.3.
- GAUDÊNCIO, F. de S.; FORMIGA, M. (Org.). *Era da esperança: teoria e política no pensamento de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- GOLDTHORPE, J. E. *Sociologia do terceiro mundo: disparidade e envolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- MANNHEIM, K. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972.
- MANNHEIM, K. *O pensamento conservador*. In: MARTINS, J. S. (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. cap.3, p. 77-131.
- MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- REZENDE, M. J. de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade*. Londrina: Eduel, 2001.
- TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São

Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

Accepted on September 20, 2004.

Received on March 08, 2004.